

A caminho de negociações mais produtivas

Depois da realização da assembléia conjunta do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial, na semana passada, as negociações entre o governo brasileiro e os bancos credores internacionais passaram a evoluir de forma sensivelmente melhor do que se antecipava. Até o último fim de semana, a iniciativa de fazer propostas partiu sempre do Brasil, limitando-se os banqueiros, direta ou indiretamente, a opor restrições a elas ou rechaçá-las. A entrega pelo comitê de bancos credores aos negociadores brasileiros, na última sexta-feira, de um documento de duas páginas, delineando as questões que devem constar da pauta de discussões, significa, sem dúvida, um avanço.

As negociações podem prosseguir agora de forma muito produtiva, tendo sido marcado um novo encontro por volta do dia 15 deste mês, entre o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o assessor especial para assuntos da dívida externa, Fernão Bracher, com o comitê de bancos, especificamente para manter contatos com os subgrupos das instituições envolvidas na nego-

ciação. Essa será a abertura do jogo de xadrez em que serão discutidas as bases de um acordo global com o comitê, que poderá evitar que os débitos brasileiros sejam considerados "value impaired" em 26 de outubro. Na ausência de acordo, os bancos americanos serão obrigados a fazer novas provisões de reservas em face da contínua inadimplência do Brasil, o que, na realidade, não interessa a nenhuma das partes.

Os responsáveis pela negociação, do lado brasileiro, preferiram não divulgar a íntegra do documento que lhes foi entregue pelo comitê de bancos, em uma atitude perfeitamente compreensível. O conhecimento público de um documento reservado induziria o governo a revelar, antecipadamente, as possíveis táticas que poderia adotar quanto aos tópicos levantados, reduzindo a margem de manobra nas negociações. Em essência, os princípios que vêm orientando a política brasileira são conhecidos, mas, como é de regra em entendimentos bilaterais, há um espaço bastante amplo para um acerto de posições.

Uma das questões mais deli-

çadas, por exemplo, é a retomada do pagamento dos juros devidos pelo Brasil, como condição para a concessão de novos empréstimos. Como tem afirmado o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, o Brasil não pretende levantar a moratória sem a garantia de obtenção de dinheiro novo para atender às necessidades do balanço de pagamentos neste e nos próximos dois anos. Mas, evidentemente, se os representantes brasileiros sentirem que existe uma verdadeira disposição de cooperar, não é inviável que, numa demonstração de boa vontade, o governo concorde em fazer um pagamento simbólico para evitar causar problemas aos bancos americanos.

Naturalmente, esse entendimento dependerá, fundamentalmente, da receptividade das autoridades monetárias americanas e dos organismos financeiros internacionais. Efetivamente, a aceitação pelo governo dos Estados Unidos da "securitização" de uma parte da dívida externa, dentro de um elenco de opções, corre muito para facilitar a emissão de "exit bonus", ou bônus de

saída, a juros baixos e prazos longos, para saldar compromissos com os bancos de menor porte.

Essa alternativa será também de grande utilidade para desobstruir o caminho para uma renegociação, em outro plano, com os grandes bancos credores. Neste caso, como mencionou o presidente do Banco Central, será essencial definir a origem dos financiamentos que comporão o chamado "pacote" brasileiro. A participação dos organismos financeiros internacionais — principalmente o Banco Mundial — será decisiva nesta etapa, de modo a proporcionar ao Brasil as garantias que requer quanto à obtenção de recursos.

Não parece improvável, a essa altura, que o Brasil e os bancos credores cheguem em outubro a um acordo "provisório" ou, se preferirem, "preliminar", retomando as negociações no início do próximo ano, depois de encerrados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Espera-se que, então, o governo brasileiro possa transmitir uma imagem de maior estabilidade, requisito subjacente às negociações em curso.